



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2019.0000276092**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1019049-66.2017.8.26.0114, da Comarca de Campinas, em que é apelante GIULIANO IVANO SERGIO VALTORIA, é apelado SILVIO MARCIO RIBEIROS DOS SANTOS.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PEDRO BACCARAT (Presidente), WALTER CESAR EXNER E MILTON CARVALHO.

São Paulo, 11 de abril de 2019.

**Pedro Baccarat**  
**Relator**  
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO Nº 1019049-66.2017.8.26.0114

APELANTE: Giuliano Ivano Sérgio Valtoria

APELADO: Sílvio Márcio Ribeiros dos Santos

COMARCA: Campinas – 1ª Vara Cível

Acidente de trânsito. Ação de indenização por danos estéticos e morais. Sentença de procedência parcial. Indenização por dano moral arbitrada em R\$ 20.000,00, com acréscimo de correção monetária desde a prolação da sentença e juros de mora da data do acidente. Condenação nos ônus sucumbências e honorários advocatícios arbitrados em 15% do valor da condenação. Sentença mantida ante a razoabilidade do valor fixado para a indenização dos danos morais. Majoração dos honorários advocatícios para 20% do valor atualizado da condenação, nos termos do § 11, do artigo 85, do CPC. Recurso desprovido.

VOTO n.º 34.450

Vistos.

Trata-se de apelação interposta contra sentença que julgou parcialmente procedente ação de cobrança de indenização por danos estéticos e morais. O magistrado, Doutor Renato Siqueira de Pretto, reconheceu a culpa do Réu pelo acidente de trânsito eis que, em desobediência ao sinal de parada obrigatória, invadiu a faixa de rolamento, sem observar as condições do trânsito e a proximidade da bicicleta conduzida pelo autor que transitava na via principal, ocasionando o acidente que deu causa às lesões do autor. Arbitrou a indenização por danos morais no valor de R\$ 20.000,00, acrescidos de correção monetária

a partir da sentença e juros de mora desde o sinistro. Considerou que os danos estéticos não ficaram caracterizados uma vez que o laudo pericial atestou que a presença da cicatriz cirúrgica na região toraco lombar com 23 cm encontra-se bem resolvida. Imputou ao Réu o pagamento das custas, despesas processuais e, honorários advocatícios arbitrados em 15% sobre o valor da condenação.

Apela o Réu alegando culpa exclusiva da vítima, que trafegava com a bicicleta em alta velocidade e não conseguiu parar. Diz que não agiu com imprudência e observou o sinal de parada existente. Ressalta que o autor retornou ao trabalho exercendo outra função, o que indica que não ficou incapacitado. Sustenta que não tem qualquer culpa pelo acidente e, assim, inexistente o dever de indenizar. Subsidiariamente, postula a redução do valor da indenização por dano moral, bem como a redução dos honorários advocatícios.

Recurso tempestivo, dispensado de preparo por ser o Réu beneficiário da assistência judiciária gratuita e respondido (fls. 134/139).

É o relatório.

Silvio Márcio Ribeiro dos Santos diz que no dia 16 de julho de 2014, por volta das 7h, trafegava com sua bicicleta pela Avenida Andrade Neves, em Campinas/SP, quando foi atingido pelo veículo Ford Escort GL, placas BSQ 9703,

conduzido pelo Réu Giuliano Ivano Sérgio Valtoria, que vinha pela Rua Germânia e, de forma imprudente, adentrou na preferencial sem observar o sinal de parada e a aproximação do Autor, ocasionando o acidente que resultou na grave fratura em sua coluna e incapacidade para exercer suas atividades habituais. Assim ajuizou em face do Réu a presente ação de indenização por danos estéticos e morais, requereu a condenação do Réu ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 50.000,00 e indenização por danos estéticos na quantia de R\$ 20.000,00.

O laudo elaborado pelo Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo – IMESC constatou que o Autor sofreu fratura na coluna vertebral, na altura da 12<sup>a</sup> vertebra torácica. Concluiu o seguinte: “existência de sequela morfológica e funcional, tendo como nexos causais o acidente e perda funcional em 12,5%” (fls. 96/100).

O magistrado, Doutor Renato Siqueira de Pretto, reconheceu a culpa do Réu pelo acidente de trânsito eis que, em desobediência ao sinal de parada obrigatória, invadiu a faixa de rolamento, sem observar as condições do trânsito e a proximidade da bicicleta conduzida pelo autor que transitava na via principal, ocasionando o acidente que deu causa às lesões do autor. Arbitrou a indenização por danos morais no valor de R\$ 20.000,00, acrescidos de correção monetária a partir da sentença e juros de mora desde o sinistro. Considerou que os danos estéticos não ficaram caracterizados uma vez que o laudo pericial atestou

que a presença da cicatriz cirúrgica na região toraco lombar com 23 cm encontra-se bem resolvida. Imputou ao Réu o pagamento das custas, despesas processuais e, honorários advocatícios arbitrados em 15% sobre o valor da condenação.

Recorre o Réu alegando culpa exclusiva do Autor/vítima, que trafegava com a bicicleta em alta velocidade e não conseguiu parar. Diz que não agiu com imprudência e observou o sinal de parada existente. Ressalta que o autor retornou ao trabalho exercendo outra função, o que indica que não ficou incapacitado. Sustenta que não tem qualquer culpa pelo acidente e, assim, inexistente o dever de indenizar. Subsidiariamente, postula a redução do valor da indenização por dano moral, bem como a redução dos honorários advocatícios.

O inconformismo do Apelante não merece prosperar.

A indenização arbitrada pelos danos morais mostra-se correta e observou os critérios da razoabilidade e proporcionalidade diante da culpa do réu e da incapacidade parcial e permanente do Autor, atestada pelo laudo pericial em 12,5%, de forma que, a fixação em R\$ 20.000,00, não será causa de enriquecimento ilícito do Apelado e deve ser integralmente mantida.

No que tange aos honorários

arbitrados em 15% do valor da condenação não se mostram excessivos e nos termos do artigo 85, § 11, do CPC, devem ser majorados para 20% do valor atualizado da condenação.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

Pedro Baccarat  
Relator